



Comissão
Europeia



MAIS CIDADÃO

SER CIDADÃO

Sob proposta da Comissão Europeia, o Conselho e o Parlamento Europeu designaram 2013 o «Ano Europeu dos Cidadãos» como forma de celebrar o 20.º aniversário do Tratado de Maastricht, que estabeleceu o conceito de Cidadania da União Europeia.

Ser **CIDADÃO** significa envolver-se ativamente na vida das comunidades de que se sente próximo e na democracia política, a todos os níveis. Ser cidadão é um dever que nos advém também de viver num espaço civilizacional que nos salvaguarda direitos essenciais. Na UE, vivemos em estados de Direito, em democracias que respeitam e promovem os direitos humanos, combatendo a discriminação e defendendo a educação, a cultura, a iniciativa e o desenvolvimento sustentável, no seio de economias sociais de mercado.

Ser **CIDADÃO EUROPEU** permite-nos estudar, viajar, trabalhar, residir, receber cuidados médicos, transferir direitos de segurança social, ser voluntário ou simplesmente fazer compras ou passar férias, em todo o espaço europeu. E, claro, permite ainda votar e ser candidato a eleições europeias (e locais, mesmo fora do país de origem) e apresentar petições, reclamações e sugestões de toda a ordem.

De facto, os cidadãos podem e devem ter uma palavra a dizer nos processos de definição e de decisão das políticas da UE.

Para divulgar a Cidadania Europeia, para aprofundar, com exemplos práticos, o seu significado e alcance, e ainda para aproximar os cidadãos daquelas que são as instituições que os servem na União Europeia, convidamos-vos a usar esta publicação.

PORQUE CADA UM DE NÓS PODE SER (MAIS) CIDADÃO.

CIDADANIA EUROPEIA

A cidadania é uma ligação entre um indivíduo e uma entidade territorial e política. A cidadania europeia é assim um vínculo especial entre cada europeu e a UE, um laço que não substitui, mas antes complementa, as cidadanias nacionais.

A cidadania europeia confere diversos direitos, consagrados em tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais.

Carta dos Direitos Fundamentais

- A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia foi adotada em 2000.
- Este documento inclui princípios consagrados na Convenção Europeia dos Direitos Humanos de 1950, os resultantes das tradições constitucionais comuns dos países da UE, bem como os direitos económicos e sociais encerrados na Carta Social do Conselho da Europa e na Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores.
- É composta por 54 artigos, que listam aquele que é o património cultural e legal europeu nos capítulos da dignidade humana, das liberdades, da igualdade, da justiça, da solidariedade e da cidadania.



VOLUNTARIADO

SOLIDARIEDADE E APRENDIZAGEM DE MÃOS DADAS

Ser voluntário é uma das formas mais eficazes de pôr em prática o espírito de cidadania. Em vez de apenas olhar para os problemas, os voluntários propõem e constroem soluções. É, por isso, uma boa notícia que todos possam ser voluntários em qualquer parte da Europa.

Para além de trazer benefícios para as comunidades locais, os voluntários que atuam no espaço europeu adquirem novas competências, criam redes de contactos, aprendem novas línguas e descobrem outras culturas.

SERVIÇO VOLUNTÁRIO EUROPEU

- Para idades entre os 18 e os 30 anos.
- Ser voluntário (até 12 meses) num país que não o de residência.
- O voluntariado pode decorrer em várias áreas: cultura, ambiente, serviço social, juventude, desporto, proteção civil ou cooperação para o desenvolvimento.

MAIS INFORMAÇÃO: www.sve.pt

PROJETOS DE VOLUNTARIADO SÉNIOR

- A partir dos 50 anos de idade.
- Os Projetos de Voluntariado Sénior são uma nova forma de mobilidade para os cidadãos europeus seniores, permitindo aprender, partilhar conhecimentos e experiências e ser solidário num país europeu diferente do seu.
- São também uma resposta para o desafio do envelhecimento ativo da população europeia.

MAIS INFORMAÇÃO: www.proalv.pt

ELEGER E SER ELEITO

NÃO SE ESQUEÇA: em 2014 há eleições para o Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu é o único órgão da União Europeia que resulta de eleições diretas. Os 736 deputados¹ que nele têm assento são representantes dos 492 milhões de cidadãos dos 27 Estados-Membros² da União Europeia.

A cidadania europeia dá-lhe o direito de eleger e ser eleito nas eleições municipais e nas eleições para o Parlamento Europeu, independentemente do país da União Europeia onde reside. Aliás, perto de 8 milhões de pessoas em idade de votar habitam, atualmente, num país da UE diferente do seu país de origem.

Após um período de residência, mesmo que não tenha a nacionalidade do país comunitário, tem direito de voto e de elegibilidade, ou seja, adquire os mesmos direitos detidos pelos nacionais desse país. No Luxemburgo, por exemplo, 20% dos eleitores não tem nacionalidade luxemburguesa.

ALGUMAS EXCEÇÕES:

- Nas eleições europeias, só pode votar ou apresentar-se como candidato num único país. Se escolher votar ou apresentar-se como candidato no país onde reside, deixa de o poder fazer no seu país de origem. Alguns países podem exigir um período de residência maior, se mais de 20% dos eleitores não forem nacionais. E esta regra é também aplicável nas eleições municipais.
- Um país da UE pode estipular que o sistema executivo de um governo local seja liderado por um nacional.

SAIBA MAIS SOBRE O PARLAMENTO EUROPEU EM: www.europarl.europa.eu

¹ Número que evoluirá até 750+1, incluindo o presidente do Parlamento, conforme estabelecido pelo Tratado de Lisboa.

² A partir de 1 de Julho de 2013, com a adesão da Croácia, 28 Estados-Membros.

NA PRIMEIRA PESSOA

«Quer se trate de plantação de árvores, de serviços de emergência ou de transportes locais, as decisões adotadas a nível municipal afetam todas as pessoas que vivem numa determinada zona. Por esta razão, nos termos dos Tratados, os cidadãos da UE têm os mesmos direitos democráticos de votar e de se candidatar às eleições locais em qualquer um dos 27 Estados-Membros, independentemente do seu local de residência».

Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania



FAZER-SE OUVIR

Os cidadãos europeus podem convidar a Comissão Europeia a apresentar uma proposta legislativa sobre um determinado tema. É a forma de poderem diretamente dar início ao processo de decisão comunitário.

Isto é possível porque o Tratado de Lisboa introduziu o direito de iniciativa para os cidadãos da UE como meio de promover a participação de todos na tomada de decisões.

O que é a iniciativa de cidadania europeia?

- É um instrumento de democracia direta que coloca o cidadão no centro do processo de decisão europeu.
- Desde 2012 que um grupo de europeus pode solicitar à Comissão Europeia uma proposta legislativa numa determinada matéria. Para tal, é necessário recolher um milhão de assinaturas em, pelo menos, sete países da União Europeia.

Caso o objeto da iniciativa não contrarie os valores do Tratado da UE e se enquadre nos domínios nos quais a Comissão tem competência para apresentar propostas legislativas, esta dará início à respetiva implementação.

Já imaginou que pode juntar-se aos seus vizinhos europeus e mudar algo, em toda a Europa, numa área como o ambiente, a saúde, a ajuda humanitária, a justiça ou a educação?

FRATERNIDADE 2020: MOBILIDADE – PROGRESSO – EUROPA

A F2020, um exemplo de uma iniciativa de cidadania europeia, tem como objetivo melhorar os programas de intercâmbio da UE – tais como o Erasmus ou o Serviço Voluntário Europeu – de forma a contribuir para uma Europa unida, baseada na solidariedade entre cidadãos.



- Mas há ainda outras formas de se envolver nas decisões europeias, nomeadamente através de uma **petição**.
- Qualquer cidadão da UE ou que esteja a residir num Estado-Membro pode, a título individual, em associação ou através de uma organização ou empresa, apresentar uma petição ao Parlamento Europeu, sobre assuntos que recaiam no âmbito das responsabilidades da União Europeia.

Quais os assuntos que podem ser abordados através de uma petição?

Os seus direitos enquanto cidadão europeu; questões ambientais; defesa do consumidor; livre circulação de pessoas, de mercadorias e de serviços no mercado interno; emprego e assuntos sociais; reconhecimento de qualificações profissionais; e todas as questões relacionadas com a aplicação da legislação da UE.

- Os cidadãos podem e devem ainda participar nas **consultas online** da Comissão, dando a sua opinião sobre as políticas da UE e, dessa forma, tornar-se parte da respetiva formulação.
- Aproveite estar **online** para conversar com os funcionários e dirigentes da UE e discutir os principais temas da atualidade, através de blogues ou das redes sociais. Não fique à espera – participe; seja agente de mudança!

DÊ AQUI A SUA OPINIÃO SOBRE AS POLÍTICAS DA UE:
ec.europa.eu/yourvoice

TEM DÚVIDAS SOBRE A EUROPA?
Ligue para o Europe Direct: 00 800 6 7 8 9 10 11



PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

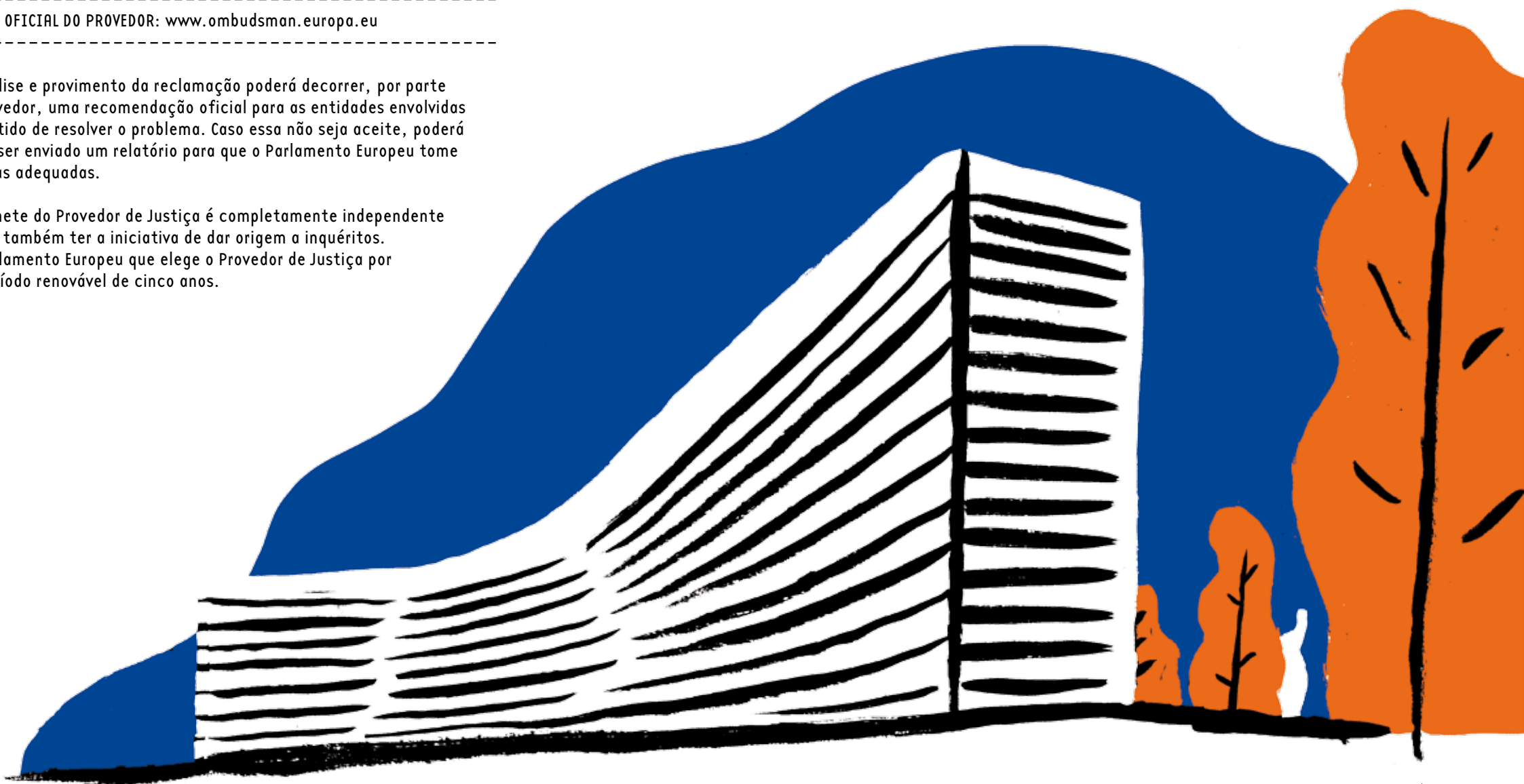
A resolução de casos de má administração nas instituições europeias também está consagrada nas respostas que a Europa tem para si. Instituições, órgãos, serviços ou agências da UE que não tenham cumprido a lei ou tenham violado os direitos humanos, praticando por exemplo atos discriminatórios ou de abuso de poder, podem ser alvo de uma queixa junto do Provedor de Justiça Europeu.

A PÁGINA OFICIAL DO PROVEDOR: www.ombudsman.europa.eu

→ Da análise e provimento da reclamação poderá decorrer, por parte do Provedor, uma recomendação oficial para as entidades envolvidas no sentido de resolver o problema. Caso essa não seja aceite, poderá então ser enviado um relatório para que o Parlamento Europeu tome medidas adequadas.

→ O gabinete do Provedor de Justiça é completamente independente e pode também ter a iniciativa de dar origem a inquéritos. É o Parlamento Europeu que elege o Provedor de Justiça por um período renovável de cinco anos.

→ **Exemplo:** um cidadão irlandês solicitou à Agência Europeia de Medicamentos o acesso a documentos que detalhassem as suspeitas de reações adversas graves relacionadas com um determinado medicamento. A Agência recusou o pedido e o queixoso recorreu ao Provedor de Justiça. Em resposta a uma recomendação do Provedor, a Agência deu a conhecer os documentos que tinha em seu poder (depois da eliminação dos dados pessoais).



ESTUDAR E APRENDER AO LONGO DA VIDA

A Europa é também um Espaço Europeu de Ensino Superior e de Investigação. Através do Programa Erasmus, promove-se a mobilidade de estudantes e pessoal docente e não docente. Esta ferramenta proporciona, há mais de 25 anos, aumentos da empregabilidade, competitividade, criatividade e inovação na Europa, para além de promover a diversidade e riqueza linguística e ser um verdadeiro exercício de coesão e cidadania europeia!

Vale mesmo a pena participar no Erasmus e juntar-se à família de mais de 3 milhões de pessoas, espalhadas por 33 países, que já estiveram envolvidas.

NA PRIMEIRA PESSOA

«A participação no programa Erasmus mudou a minha vida; não apenas pela viagem, pela descoberta de outros hábitos, outras línguas e culturas... mas também porque me senti parte integrante de um espaço onde os meus colegas também acreditam que “melhor é possível”! Fiquei com muitos contactos e sei que poderei voltar a encontrar-me com estas pessoas ao longo da vida».

Cátia Fernando, Erasmus na Polónia

Posso dizer que esta minha experiência marcou para sempre a minha vida: mudou o meu comportamento, a minha atitude. Foram seis meses de aprendizagem, de mobilidade, que mudaram a minha forma de ver a Europa! As vivências que trago na bagagem valem muito mais do que qualquer “canudo”».

António Bastos, Erasmus no Reino Unido



LEONARDO DA VINCI, COMENIUS OU GRUNDTVIG

São igualmente programas que visam melhorar a qualidade da educação e formação e reforçar a sua dimensão europeia. Semelhantes em termos de grandes objetivos, têm, porém, diferentes destinatários.

Em Portugal, a gestão destes programas é da responsabilidade da Agência Nacional PROALV.

MAIS INFORMAÇÃO: www.proalv.pt

→ Como investigador poderá ter interesse em trabalhar numa universidade ou num instituto de investigação europeu. Os investigadores da UE têm também a possibilidade de beneficiar de oportunidades de formação, pesquisa e emprego.

MAIS INFORMAÇÃO: www.euraxess.pt



RESIDIR

Todos os cidadãos europeus têm o direito de viver noutro país da UE.

Para estadias inferiores a três meses, necessita apenas de se fazer acompanhar de um documento de identidade ou passaporte válidos³.

Se trabalha noutro país da UE ou se é pensionista (com cobertura médica completa no país de acolhimento e rendimento suficiente para a sua subsistência), tem direito a residir nesse país por mais de três meses.

Caso fique sem trabalho durante a sua estadia noutro país da UE, tem direito a permanecer nesse país se estiver registado no centro de emprego como desempregado involuntário, se estiver a seguir um curso de formação ou se sofrer de uma incapacidade de trabalho temporária.

Se nos primeiros três meses não é obrigado a registar-se, depois desse período pode ser-lhe exigido que o faça junto das autoridades.

Um cidadão adquire automaticamente o direito de residência permanente quando tiver residido legalmente noutro país da UE, como trabalhador ou como pensionista, durante cinco anos consecutivos. A partir de então, pode permanecer nesse país o tempo que desejar.

As autoridades devem então emitir, sem entraves, um documento de residência permanente, sendo que o respetivo custo não deverá ser superior ao preço de um documento de identificação pago pelos nacionais desse país.

Atenção: pode perder o seu direito a residência permanente se viver fora do país de acolhimento por um período superior a dois anos

³ E embora não possa ser expulso só por falta de identificação, nalguns países isso pode resultar em multa ou detenção temporária.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O empreendedorismo social e os negócios sociais são desenvolvidos por empresas com características semelhantes às tradicionais mas com uma missão diferente: o seu objetivo final não é gerar lucro, mas antes maximizar os resultados para a comunidade (sociais ou ambientais, por exemplo).

E são muitas vezes organizações inovadoras que dão oportunidade de emprego aos membros mais desfavorecidos da sociedade.

Existem vários instrumentos de apoio europeu a estas iniciativas, desde o microcrédito a programas dedicados de financiamento e formação, passando pela certificação adequada (para que o consumidor possa, com confiança, fazer escolhas informadas).

NA PRIMEIRA PESSOA

«Este é um projeto que apoia idosos e dependentes da nossa freguesia. Fazemos um pouco de tudo: compras, recados, a lida da casa, vamos com eles ao banco levantar a reforma ou acompanhamo-los ao centro de saúde ou na ida à igreja».

Vasco Morgado, Vassouras & Companhia

→ Vassouras & Companhia foi um dos finalistas do concurso do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações 2012.

VIAJAR

Viajar na Europa dá a todos os cidadãos europeus uma série de direitos.

Estes incluem o direito a ser devidamente informado, a assistência, a reembolso e a transporte alternativo em caso de cancelamento ou atraso.

→ Os passageiros com mobilidade reduzida têm direito a **assistência gratuita** em todos os aeroportos europeus, à partida, à chegada e em trânsito. Quando viajem por autocarro, comboio ou navio, têm direitos semelhantes.

→ Quando se vive ou viaja num país que não pertence à UE, é por vezes necessário recorrer aos **serviços da embaixada** ou do consulado. Caso não exista representação diplomática do próprio país, é possível obter essa ajuda junto da embaixada ou do consulado de qualquer outro país membro da UE.

SITUAÇÕES EM QUE PODE PRECISAR DE AJUDA:

- Perda ou roubo do passaporte;
- Acidente ou doença grave;
- Crime violento ou prisão;
- Situações de emergência/repatriamento.

FAZER NEGÓCIOS

Todos os empresários europeus podem criar uma empresa em qualquer país da UE e até apresentar um pedido de financiamento com a participação de fundos europeus.

Os países da UE têm vindo a simplificar os procedimentos para a criação de empresas.

Em Portugal existe o «balcão único», um balcão virtual onde é possível obter informações sobre como fazer negócios no país e no estrangeiro.

MAIS INFORMAÇÃO: www.portaldaempresa.pt

Apoio às empresas

- A UE disponibiliza um conjunto de instrumentos para apoio a empresários e empresas.
- Várias redes europeias estão no terreno a prestar serviços e informação, de parceria, cooperação e de apoio no acesso a financiamento, em especial para Pequenas e Médias Empresas.
- A **Enterprise Europe Network** ajuda a aproveitar o potencial do Mercado Europeu e a Rede **SOLVIT** a resolver problemas transnacionais decorrentes da aplicação incorreta das regras da UE pelas autoridades públicas dos Estados-Membros.
- E se, enquanto cidadão, tiver dificuldades em obter o reconhecimento das suas qualificações, em obter um título de residência, em exercer o seu direito de voto ou até em ver cumpridos os seus direitos laborais, pode recorrer também à Rede SOLVIT.

MAIS INFORMAÇÃO: europa.eu/youreurope/business



TRABALHAR

Se decidir trabalhar, quer por conta própria, quer por conta de outrem, num outro país da UE, tem direito ao mesmo tratamento do que os nacionais desse país.

Em concreto, está nas mesmas condições para aceder às prestações de base (por doença, parentalidade, invalidez, velhice, sobrevivência, acidentes de trabalho) ou complementares (por exemplo: reduções nos transportes, bolsas de estudo ou prestações de desemprego).

Os trabalhadores independentes não necessitam de qualquer autorização especial para trabalhar na UE.

- Uma forma de encontrar facilmente oportunidades de emprego e de formação na Europa é através da Rede Eures — na qual pode pesquisar ofertas de emprego em 31 países europeus e informação sobre viver e trabalhar na UE.

PROCURA TRABALHO NA UE? ec.europa.eu/eures

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

Se está a pensar trabalhar noutro país da UE, pode dar-se o caso de as suas qualificações terem de ser oficialmente reconhecidas.

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Praça de Londres, n.º 2, 5.º andar

1949-056 Lisboa — PORTUGAL

Tel: +351 21 844 15 01

PENSIONISTAS

A idade de reforma varia de país para país.

Se trabalhou em vários países da UE, poderá ter acumulado direitos a pensão em cada um deles.

MAIS INFORMAÇÃO: europa.eu/youreurope

CARTÃO EUROPEU DE SEGURO DE DOENÇA

Sempre que se deslocar na União Europeia, e também para a Suíça, Islândia, Noruega ou Liechtenstein, leve o seu Cartão Europeu de Seguro de Doença. Com este cartão, tem direito, enquanto beneficiário do sistema de segurança social, aos mesmos cuidados de saúde que qualquer cidadão do país que está a visitar. Se nesse país os cuidados de saúde não forem gratuitos, será depois reembolsado.

ONDE SOLICITAR?

NA INTERNET: www.seg-social.pt

POR TELEFONE: 808 266 266 / Do estrangeiro (+)351 272 345 313

PRESENCIALMENTE: na Segurança Social

QUE DOCUMENTOS SÃO NECESSÁRIOS?

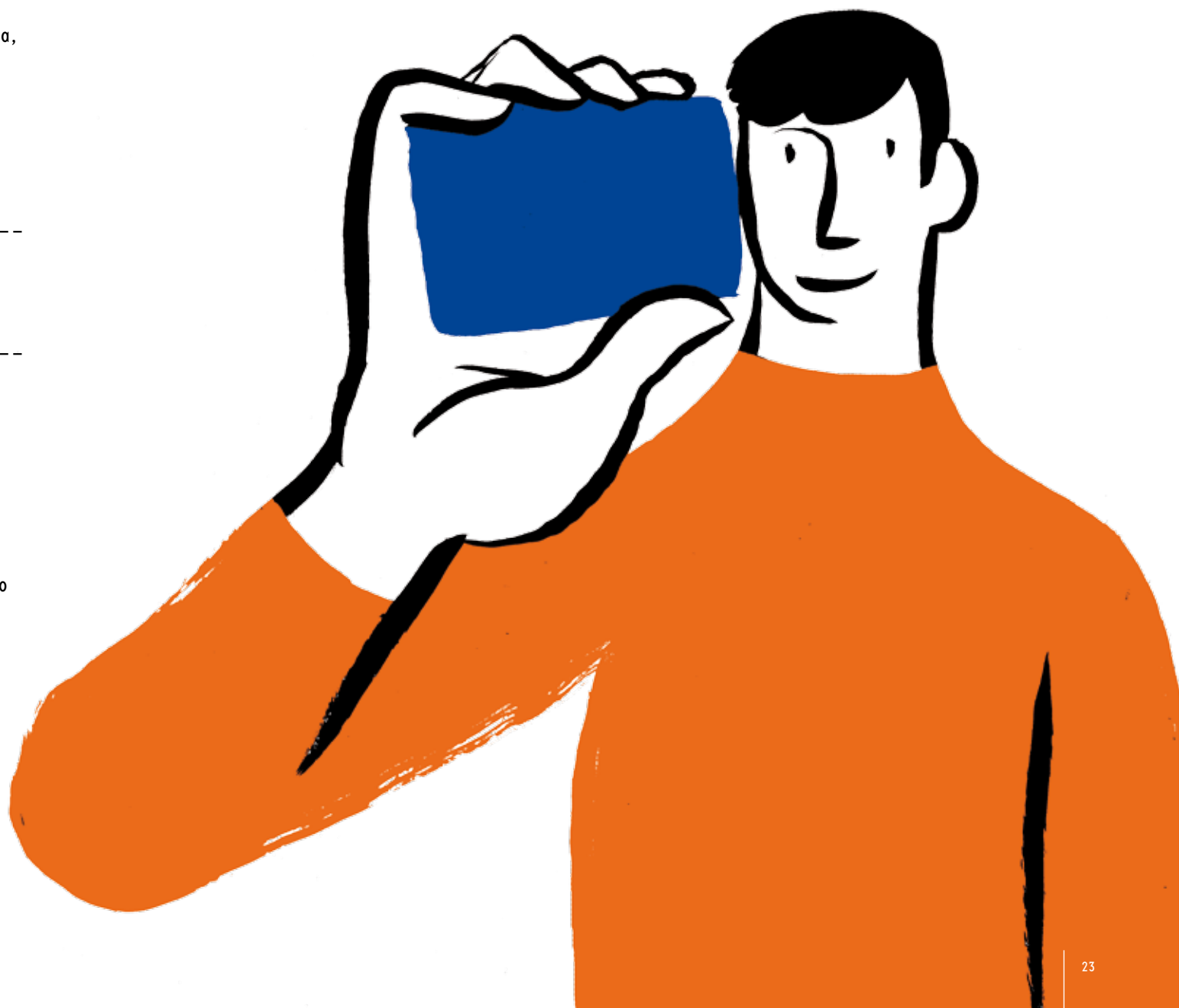
- Cartão de beneficiário da Segurança Social
- Cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde
- Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão

TRATAMENTOS FORA DO PAÍS

A partir de outubro de 2013, Portugal facilita o tratamento de cidadãos nacionais noutros Estados-Membros, sem ser necessária uma autorização prévia. Esta opção restringe-se ao âmbito da diretiva comunitária que permite que despesas com consultas e pequenas cirurgias sejam pagas pelo país de origem.

O Cartão Europeu de Seguro de Doença não abrange situações em que a pessoa se desloca a outro país por não haver possibilidade de tratamento em Portugal. Nestes casos, deve solicitar o formulário E112 no Centro Distrital de Segurança Social da sua área de residência e apresentar um atestado do seu médico de família.

Já reparou que, em caso de emergência e a partir de qualquer ponto da Europa, só tem de marcar **112** – o Número Europeu de Emergência?



CASAMENTO

- O casamento civil é reconhecido em todos os países da UE, mas as regras variam de país para país:
 - os direitos e obrigações no que diz respeito, por exemplo, ao seu papel enquanto pai ou ao nome de casado;
 - a relação entre o casamento civil e o casamento religioso (nalguns países são equivalentes, noutros não);
 - aos requisitos para que duas pessoas se possam casar (o casamento entre pessoas do mesmo género é autorizado na Bélgica, Dinamarca, Espanha, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia⁴).
- Caso tenha casado num país da UE que não é o seu país de residência, é aconselhável registar o casamento no consulado do país onde vive.
- Se for trabalhar para outro país da UE, o seu cônjuge tem direito a viver consigo, independentemente da nacionalidade. O mesmo é aplicável às uniões de facto. Se for viver com o seu parceiro de facto para outro país da UE, esse país tem de facilitar a entrada e a residência do mesmo, desde que possa provar que vivem juntos ou que têm uma relação duradoura.

PARCERIAS REGISTADAS

Em alguns países da UE, pode oficializar a sua relação sem se casar, concluindo uma parceria registada ou parceria civil. As diferenças entre os países da UE neste domínio são muitas, quer no que diz respeito às modalidades previstas, quer quanto ao grau de reconhecimento das parcerias formalizadas no estrangeiro.

⁴ Situação em fevereiro de 2013.



SER CONSUMIDOR NA UE

Como cidadão da UE, pode usufruir de mais de 4 milhões de km² de superfície comercial, a área combinada de todos os seus Estados-Membros! E sempre com uma segurança: quando compra um bem ou serviço, não lhe pode ser cobrado um preço diferente daquele que é cobrado aos residentes locais.

- Quando adquirir um produto na UE, só tem de pagar IVA no país onde faz a compra (desde que se destine a uso pessoal e não a revenda).
- Na compra de um carro, o IVA é pago no país em que registar o automóvel, ou seja, no país onde vive.

ATENÇÃO: se quiser estacionar o carro em Espanha deve pagar o mesmo que um cidadão espanhol, mas se quiser usar uma piscina pública nesse país pode ter de pagar mais. Nesta situação, a diferença de preços é justificada pelo facto de os residentes já terem contribuído, através dos impostos locais, para o financiamento do espaço.

GARANTIAS

Na compra de um produto na UE, tem direito a dois anos de garantia. Dentro desse período, pode pedir a reparação ou a substituição do produto e, caso aquele não possa ser reparado ou substituído num prazo razoável ou sem causar inconvenientes, poderá ser reembolsado.

A legislação europeia garante-lhe também a segurança dos alimentos que adquire. A rotulagem europeia permite-lhe saber o que está a comprar, e é por isso que pode encontrar designações como «denominação de origem protegida», «indicação geográfica protegida» ou «especialidade tradicional garantida». A UE tem também um logótipo que identifica os produtos biológicos.

Nos brinquedos, produtos elétricos e telemóveis, a marca «CE» indica que esse produto cumpre todos os requisitos em matéria de segurança, saúde e proteção do ambiente.

Nos países da UE existem Centros Europeus do Consumidor, nos quais pode obter informações sobre os seus direitos enquanto consumidor, mas também conselhos e apoio em caso de queixas ou de litígios transfronteiriços.

MAIS INFORMAÇÃO: cec.consumidor.pt



PARA SABER MAIS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA

PORTAL DA UNIÃO EUROPEIA: europa.eu

REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA EM PORTUGAL: ec.europa.eu/portugal

TEM PERGUNTAS SOBRE A UE? Use o número gratuito **00 800 6 7 8 9 10 11**, procure o centro de informação **Europe Direct** mais próximo de si ou envie uma mensagem eletrónica em: europedirect.europa.eu

INFORMAÇÕES PRÁTICAS SOBRE OS SEUS **DIREITOS E OPORTUNIDADES** NO PORTAL *A SUA EUROPA*: europa.eu/youreurope

INFORMAÇÕES SOBRE **OPORTUNIDADES DE EMPREGO** NA UE: ec.europa.eu/eures

MAIS SOBRE **APOIOS E FINANCIAMENTOS** DA UE:
europa.eu/policies-activities/funding-grants/index_pt.htm

CONCURSOS E PRÉMIOS EUROPEUS:
europa.eu/take-part/prizes-competitions/index_pt.htm

SE PRETENDE SABER MAIS SOBRE PROGRAMAS NA ÁREA DA **EDUCAÇÃO E JUVENTUDE** CONSULTE:

→ Educação e juventude: europa.eu/eu-life/education-training/index_pt.htm

→ Programas de mobilidade: pt-europa.proalv.pt

→ Programa Juventude em Ação: www.juventude.pt

→ Investigação: ec.europa.eu/euraxess

PARA OBTER PUBLICAÇÕES SOBRE A EU: bookshop.europa.eu



MAIS CIDADÃO

EDIÇÃO: Representação da Comissão Europeia em Portugal

TEXT0: Fernanda Freitas

DESIGN GRÁFICO E ILUSTRAÇÕES: Planeta Tangerina

IMPRESSÃO: Textype

TIRAGEM: 5.000 exemplares

ISBN: 978-92-79-28637-7

DOI: 10.2775/98545

DEPÓSITO LEGAL: 355381/13

© UNIÃO EUROPEIA, 2013

TEM A VER COM A EUROPA
TEM A VER **CONSIGO**

Participe no debate



Ano Europeu dos Cidadãos 2013
www.europa.eu/citizens-2013

